RESOLUÇÃO Nº 36 , DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003.

A CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, reunida em 17 de dezembro de 2003, com fundamento no que dispõe o inciso XV do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995 e alterações, e no Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, assim como o contido no Processo MDIC/SAA/CGSG 52000-019469/2002-96 e no Parecer nº 03/18, de 07 de novembro de 2003, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial – DECOM, da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, a respeito da revisão para fins de prorrogação do prazo de aplicação do direito *antidumping* imposto sobre as importações brasileiras de cogumelos conservados da espécie *agaricus bisporus*, originárias da República Popular da China, conforme consta do Anexo à presente Resolução,

R E S O L V E:

Art. 1º Encerrar a investigação de revisão decidindo pela prorrogação do direito *antidumping* definitivo sobre as importações de cogumelos conservados da espécie *agaricus bisporus*, classificado nos itens 0711.51.00 e 2003.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM, quando originárias da República Popular da China, ajustando a alíquota relativa ao direito na forma de alíquota específica de US\$ 1,05/kg líquido (um dólar estadunidense e cinco centavos por kilograma líquido).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e terá vigência de até cinco anos, nos termos do disposto no art. 57 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995.

LUIZ FERNANDO FURLAN
Presidente da CAMEX

(Fls. 2 da Resolução CAMEX nº , de /12/2003).

ANEXO

1. DO PROCESSO

1.1. DA PETIÇÃO

Em 24 de setembro de 2002, o peticionário protocolou, no DECOM/SECEX, petição de abertura de revisão para fins de prorrogação do direito *antidumping* sobre as importações brasileiras de cogumelos conservados, quando originárias da República Popular da China, doravante também denominada China ou RPC.

1.2. DA ABERTURA DA REVISÃO

Constatada a existência de elementos de prova que justificavam a abertura da revisão, esta foi iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 59, de 18 de dezembro de 2002, publicada no D.O.U. de 19 de dezembro daquele ano.

A Resolução CAMEX nº 37, de 18 de dezembro de 2002, publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, manteve em vigor o direito *antidumping*, enquanto perdurasse a revisão.

1.3. DA NOTIFICAÇÃO E DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nos termos do que dispõem o § 2º do art. 21 do Decreto nº 1.602, de 1995, foram notificadas da abertura da revisão as partes interessadas (Governo da República Popular da China, Associação de Produtores de Cogumelos de Mogi das Cruzes e Suzano, produtores/exportadores chineses e importadores nacionais) e, em atendimento ao que dispõe o art. 22 do referido Decreto, a Secretaria da Receita Federal

Em cumprimento ao que rege o § 4º do art. 21 e o artigo 27 do Decreto nº 1.602, de 1995, foram encaminhadas aos exportadores chineses, por intermédio da Embaixada da República Popular da China, cópias da petição, da Circular SECEX nº 59, de 2002, e os questionários. Para os importadores e produtores nacionais, foram encaminhadas cópias da mencionada Circular e os respectivos questionários.

1.4. DA AUDIÊNCIA FINAL

No dia 19 de setembro de 2003, foram enviadas às partes interessadas as convocações para a audiência final, em cumprimento ao previsto no art. 33 do Decreto nº 1.602, de 1995.

Em 21 de outubro de 2003, realizou-se audiência na sede do Departamento de Defesa Comercial, onde foi fornecida às partes interessadas a Nota Técnica DECOM/GEMAC nº 03/16, na qual foram apresentados os fatos essenciais sob julgamento, que formaram a base para a elaboração do Parecer de Encerramento da Revisão.

As partes interessadas conhecidas foram convidadas para participar da audiência. Foram também convidadas, em atenção ao disposto no § 1º do art. 33 do Decreto nº 1.602, de 1995, as seguintes

entidades nacionais: a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Compareceram à audiência os representantes da Associação dos Produtores de Cogumelos de Mogi das Cruzes e Suzano, do Governo da República Popular da China, do Ministério da Fazenda e do Ministério das Relações Exteriores. Na ocasião, as partes interessadas foram informadas quanto ao prazo de quinze dias para manifestação, por escrito, acerca dos fatos essenciais sob julgamento apresentados por meio da Nota Técnica do DECOM, nos termos do dispositivo legal supramencionado.

2. DO PRODUTO, CLASSIFICAÇÃO E TRATAMENTO TARIFÁRIO

O produto objeto da investigação é o cogumelo conservado da espécie *agaricus bisporus* ou *bitorquis*, popularmente conhecido como “Champignon de Paris”, apresentando-se em duas formas de comercialização: pré-cozido/conservado transitoriamente e preparado/conservado. O primeiro se apresenta geralmente cozido em água, sal e ácido cítrico, ou outras substâncias semelhantes, destinadas a assegurar transitoriamente sua conservação, sendo acondicionado em embalagens plásticas para estocagem provisória, encontrando-se, porém, impróprio para consumo; o segundo, além de cozido, é conservado em recipientes hermeticamente lacrados, exceto em vinagre ou ácido acético, apresentando-se pronto para ser consumido.

O produto conservado transitoriamente, para se tornar preparado/conservado, necessita de um tipo de lavagem para retirada do sal e novo cozimento, sem, no entanto, sofrer variações de peso líquido ou de volume.

O cogumelo da espécie *agaricus bisporus* ou *bitorquis*, geralmente se apresenta em duas categorias: primeira qualidade, quando o chapéu e talo encontram-se firmes, estando a lamela (membrana existente na base do chapéu, ligada ao talo) fechada, e segunda qualidade, quando a lamela estiver semi-aberta ou aberta, ou ainda inexistir talo.

Os cogumelos conservados da espécie *agaricus bisporus* ou *bitorquis* estão classificados nos itens 0711.51.00 e 2003.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM. Para o item 0711.51.00, que foi criado em 2002, e que antes estava incluso no item 0711.90.00, a alíquota do imposto de importação na Tarifa Externa Comum – TEC foi de 13% de 1998 a 2000, 12,5% em 2001 e 11,5% em 2002. Com relação ao item 2003.10.00, a alíquota, nos mesmos períodos, foi de 17%, 16,5% e 15,5%, respectivamente.

2.1. DA SIMILARIDADE DO PRODUTO

Constatou-se que tanto o cogumelo originário da República Popular da China que é exportado para o Brasil, como o produzido em território nacional são da espécie *agaricus bisporus* ou *bitorquis*, sendo que ambos são comercializados nas duas formas de conservação descritas anteriormente: pré-cozido ou conservado transitoriamente e preparado ou conservado.

Deve-se ressaltar que o processo de conservação aplicado ao cogumelo produzido no Brasil e ao exportado pela China é o mesmo, sendo utilizados aditivos similares para sua conservação, como a água, o sal e o ácido cítrico. Ademais, a RPC e o Brasil utilizam-se do mesmo sistema de cultivo, possuindo, inclusive, a mesma produtividade. Cabe salientar também que tanto o cogumelo importado da China

(Fls. 4 da Resolução CAMEX nº , de /12/2003).

quanto o produzido nacionalmente são utilizados para o mesmo fim, sendo, portanto, concorrentes entre si.

Dessa forma, de acordo com as informações constantes nos autos e, nos termos do § 1º do art. 5º do Decreto nº 1.602, de 1995, concluiu-se que o produto produzido no Brasil é similar ao importado da República Popular da China.

3. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

A indústria doméstica é representada pela totalidade dos produtores congregados na Associação dos Produtores de Cogumelos de Mogi das Cruzes e Suzano, que engloba cerca de 80% da produção nacional.

4. DA RETOMADA/MANUTENÇÃO DO *DUMPING*

O período de análise para avaliação da retomada/manutenção do *dumping* abrangeu os meses de janeiro a dezembro de 2002, inclusive.

4.1. DO VALOR NORMAL

Uma vez que a República Popular da China não é considerada economia predominantemente de mercado, e levando-se em conta que os fabricantes/exportadores chineses não expuseram qualquer argumento que justificasse tratamento distinto ao setor de cogumelos chinês, tornou-se necessário, com base no art. 7º do Decreto nº 1.602, de 1995, adotar um terceiro país de economia de mercado para o cálculo do valor normal.

Considerando que as partes interessadas não apresentaram alternativas válidas para o valor normal, o DECOM, em pesquisa à internet, obteve os valores de exportação dos EUA na condição FAS. Como a maior parte dessas exportações, no período de análise de *dumping* (janeiro a dezembro de 2002), se destinava ao Japão, adotou-se, para fins de determinação do valor normal, as exportações dos EUA para o Japão.

Como o preço de exportação calculado se encontra na condição FOB, fez-se necessário a conversão do valor normal na condição FAS para o nível FOB. Para isso, adicionou-se ao valor normal o custo de transposição da murada do navio, calculado com base em uma Declaração de Importação fornecida pela empresa FAMEX Comercial Importadora e Exportadora Ltda. Tal despesa equivale ao custo de capatazia e corresponde a US\$ 1,31/t.

Dessa forma, o valor normal, que corresponde ao preço médio ponderado, na condição FOB, das exportações dos EUA para o Japão no ano de 2002, foi de US\$ 1.561,60/t, para o cogumelo conservado transitoriamente, e de US\$ 2.817,34/t, para o cogumelo preparado/conservado.

4.2. DO PREÇO DE EXPORTAÇÃO

Foi utilizado como preço de exportação, para o cogumelo conservado transitoriamente, o valor unitário médio FOB, constante do Sistema Lince Fisco SRF/MF, das exportações para o Brasil de origem chinesa, no período de análise de *dumping* (janeiro a dezembro de 2002). Tal preço corresponde a US\$ 513,46/t

(Fls. 5 da Resolução CAMEX nº , de /12/2003).

Tendo em vista que não houve exportação de cogumelo preparado/conservado da China para o Brasil no período de janeiro a dezembro de 2002, foi utilizado como preço de exportação para o cogumelo preparado/conservado o valor médio unitário de exportações da República Popular da China para a Argentina. Este valor foi obtido através do sistema URUNET, que consiste numa base de dados de estatísticas de comércio exterior da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai. A escolha pela Argentina deve-se ao fato do país apresentar semelhanças com o Brasil, tais como a proximidade geográfica, o que permite inferir que os custos de fretes internacionais são da mesma ordem de grandeza, além de a Argentina possuir também produção própria de cogumelos. O preço de exportação para o cogumelo preparado/conservado foi de US\$ 794,08/t.

4.3. DA MARGEM DE *DUMPING*

A comparação entre o valor normal e o preço de exportação, correspondente ao cogumelo conservado transitoriamente de origem chinesa, resultou em uma margem de *dumping* absoluta de US\$ 1.048,14/t, e em uma margem relativa de 204,1%, demonstrando que os produtores e/ou exportadores da RPC continuam praticando *dumping* em suas vendas ao Brasil.

4.4. DA CONCLUSÃO DA RETOMADA/MANUTENÇÃO DO *DUMPING*

Após a aplicação do direito, observou-se que as importações originárias da China decresceram em 1998, foram inexpressivas em 1999 e 2000, nulas em 2001, apresentando, porém, retomada em 2002.

Neste último ano, os exportadores chineses praticaram preço de exportação bastante deprimido, o qual, mesmo com a imposição do direito *antidumping*, resultou em preço internado de US\$ 2.137,81/t, 22,8% inferior ao preço médio praticado pela indústria doméstica neste ano (US\$ 2.769,51/t). Tal cenário denota que os exportadores chineses, neste quinto ano de vigência de direito, decidiram reconquistar o mercado brasileiro por meio de preços significativamente deprimidos, visto que poderiam ter praticado preço a maior, o que lhes garantiria maior remuneração, e, mesmo assim, manterem-se competitivos com o produto brasileiro.

Assim, tendo em vista que não foram apresentados elementos de prova que demonstrassem tendência de alteração da política de preços dos exportadores chineses, concluiu-se que a retirada do direito implicaria na manutenção da prática de *dumping*, cuja margem foi calculada em 204,1%, correspondente a US\$ 1.048,14/t.

5. DA RETOMADA DO DANO

A análise da retomada do dano abrangeu o período de janeiro de 1997 a dezembro de 2002, atendendo, dessa forma, ao que dispõe o § 2º do art. 25 do Decreto nº 1.602, de 1995. Essa avaliação compreendeu a análise das importações do produto sob investigação, dos indicadores da indústria doméstica e da possibilidade de tal produto vir a ser exportado para o Brasil em quantidades que prejudiquem essa indústria.

5.1 DAS IMPORTAÇÕES

Devido à classificação incorreta de diversas operações de importação de acordo com as NCM's, conforme observado no Sistema Lince-Fisco, foram necessários vários ajustes a fim de se obter as quantidades importadas pelo Brasil, bem como os respectivos preços FOB de importação dos cogumelos

(Fls. 6 da Resolução CAMEX nº , de /12/2003).

conservados da espécie *agaricus bisporus* ou *bitorquis*. Cabe ressaltar que todos os dados de importações têm como fonte o Sistema Lince-Fisco

Não obstante os cogumelos conservados da espécie *agaricus bisporus* ou *bitorquis* estarem classificados somente nos itens tarifários 0711.51.00 e 2003.10.00, foram incluídas, nos dados de importação, operações que se encontravam indevidamente alocadas nas NCM's 0711.90.00, 0711.59.00, 2003.90.00 e 2005.90.00, por envolverem os referidos cogumelos.

O item 0711.90.00 passou a não mais contemplar cogumelos conservados transitivamente a partir de 2002 e as NCM's 0711.59.00 e 2003.90.00 não se referem a cogumelos do gênero *agaricus*.

Ademais, foram eliminadas as importações de produtos não similares, como trufas e cogumelos secos, os quais se encontravam erroneamente classificados nos itens 0711.51.00; 0711.59.00; 2003.10.00 e 2003.90.00.

5.1.1. DO VOLUME DE IMPORTAÇÕES

Observou-se que as importações originárias da China de cogumelo conservado apresentaram uma forte retração após a aplicação do direito em janeiro de 1998, com uma redução de 72,3% naquele ano, em relação a 1997. Em 1999 e 2000, essas operações se mostraram insignificantes e em 2001 foram nulas. Já em 2002, as importações de origem chinesa apresentaram uma recuperação, porém, atingindo um patamar ainda bem inferior ao nível verificado em 1997, quando ainda não havia sido aplicado o direito *antidumping*. Ao longo do período 1997-2002, houve uma queda de 86,8% em tais importações.

As importações totais de cogumelo conservado apresentaram uma redução de 52,4% em 2002, com relação a 1997, ano em que o direito não estava sendo aplicado. Cabe ressaltar que, a partir de 1999, as importações de cogumelos preparados/conservados passaram a representar menos de 10% das importações de cogumelos conservados, chegando a menos de 1% em 2002.

Verificou-se que o Vietnã se constituiu no principal exportador de cogumelo conservado para o Brasil no período de 1998 a 2002. No entanto, a partir de 1999, as importações de procedência vietnamita ocorreram em níveis bem inferiores aos verificados nas importações de origem chinesa antes da aplicação do direito. Em 2002, houve uma retração das importações provenientes do Vietnã concomitante ao ressurgimento das importações originárias da China.

5.1.2. DO PREÇO DE IMPORTAÇÃO

Observou-se uma redução contínua do preço médio das importações brasileiras de cogumelos conservados transitivamente a partir de 1998. Tal fato se deve ao aumento da participação do Vietnã, que apresenta preços inferiores às demais origens. No entanto, verificou-se um aumento nos preços de 1997 para 1998, sendo que a alta nos preços FOB dos produtos chineses neste período foi de 7,8%, não obstante o começo da vigência do direito *antidumping*.

No caso do cogumelo preparado/conservado, as diferenças observadas nos preços se devem à existência de vários tipos de embalagens, bem como substâncias distintas utilizadas para a conservação. Pode-se observar que os preços médios mais baixos verificados no total importado em 1997 e 1998 se devem a uma participação, nesses anos, superior a 80% de importações provenientes da China e do Vietnã, as quais apresentam preços bem inferiores aos das importações de outras origens. Tal participação declinou de forma expressiva nos anos seguintes, anulando-se em 2001 e 2002.

5.2. DA PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES NO CONSUMO APARENTE

Para fins de estimativa do consumo nacional aparente, considerou-se que a produção da Associação dos Produtores de Cogumelos de Mogi das Cruzes e Suzano representa 80% da produção nacional. Como não há formação de estoques, o total da produção é igual ao total vendido. Com isso, as vendas internas dos produtores nacionais foram estimadas como equivalentes a 125% das vendas internas da indústria doméstica.

Devido ao fato de os dados fornecidos pela indústria doméstica se referirem a cogumelos *in natura*, foi necessária a aplicação de uma taxa de rendimento para o cálculo do equivalente em cogumelos conservados. Conforme a petição, esta taxa gira em torno de 55% e corresponde à razão entre o peso do cogumelo conservado e o do cogumelo *in natura* que lhe deu origem.

O consumo aparente teve um aumento significativo em 1998, se comparado a 1997. Porém, apresentou uma queda ainda mais acentuada em 1999, seguido de uma recuperação gradual nos anos seguintes, chegando, em 2002, a um patamar próximo ao de 1998.

A participação das importações originárias da China no consumo nacional aparente, após a aplicação do direito *antidumping*, caiu de 46,2% em 1997 para 9,7% em 1998, mesmo com uma parcela de importações já contratada no ano anterior. Nos anos seguintes, essa participação foi inferior a 1%. Mesmo com uma recuperação em 2002, as importações de origem chinesa representaram somente 5,1% do consumo aparente naquele ano.

A participação das importações totais no consumo nacional aparente cresceu de 51,9% para 59,7%, devido ao surgimento de novos países e ao aumento, em volume, de 175%, nas importações originárias do Chile, em decorrência do espaço de mercado deixado pela China. Em 1999, tal participação caiu para 20,4%, estabilizando-se em torno de 20% nos anos seguintes.

5.3. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

5.3.1. DA PRODUÇÃO DE COGUMELOS CONSERVADOS DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

Foi efetuada uma comparação entre a produção esperada e a efetiva. A produção esperada foi estimada com base em uma produtividade média de 12%, isto é, para cada quilo de substrato utilizado, seriam produzidos, em média, 120 g de cogumelo.

A produção esperada apresentou um crescimento constante ao longo de todo o período analisado (1997-2002), o mesmo ocorrendo com a produção efetiva. Porém, a taxa de crescimento desta última foi maior do que a primeira, o que implicou um aumento na relação produção efetiva/produção esperada. De 1997 a 2002, a produção esperada cresceu 55,2%, enquanto a produção efetiva apresentou um incremento de 85,5%. Com isso, a relação produção efetiva/produção esperada, teve um aumento de 15 pontos percentuais, chegando a 90% em 2002

Pode-se concluir, então, que a produtividade média dos associados vem crescendo nos últimos anos, encontrando-se, atualmente, bem próxima aos 12% estimados para o cálculo da produção esperada.

5.3.2. DAS VENDAS DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

(Fls. 8 da Resolução CAMEX nº , de /12/2003).

As vendas totais da indústria doméstica, bem como no mercado interno, experimentaram um crescimento constante durante todo o período investigado, enquanto as vendas para o mercado externo, diminuíram constantemente, exceto em 2000. De 1997 a 2002, as vendas totais cresceram 85,5%. Desse modo, pode-se inferir que, sem a concorrência com importações a preços de *dumping*, mas com o mercado brasileiro aberto às importações, a indústria doméstica tem demonstrado competitividade e capacidade para conquistar parcela significativa do mercado.

De 1997 a 2002, as vendas internas apresentaram um aumento de 97,3% e as exportações declinaram 95,5%. Com isso, a participação das vendas internas nas vendas totais subiu de 93,9% para 99,9%, no mesmo período. A retração significativa observada nas vendas externas se deve ao fato de que a indústria doméstica foi levada a abandonar o mercado externo, focando sua atuação no mercado interno, em vista da crise na Argentina e no Uruguai, tradicionais compradores do cogumelo brasileiro. No entanto, pode-se observar que as vendas externas se mostraram inexpressivas ao longo de todo o período analisado.

5.3.3. DA PARTICIPAÇÃO DAS VENDAS DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA NO CONSUMO APARENTE

Em 1998, ano da aplicação da medida *antidumping*, a participação da indústria doméstica no consumo aparente foi de 32,2%, contra 38,5%, em 1997. Isto aconteceu devido à efetivação de compras já acertadas com a China antes da aplicação da medida e ao aumento de importações de outros países, que se aproveitaram da parcela de mercado perdida pela China. Em 1999, teve lugar uma recuperação dessa participação, que passou de 32,2% para 63,7%.

A partir de 2000, o consumo aparente iniciou um crescimento contínuo, mas a participação da indústria doméstica manteve-se no mesmo patamar de 1999 a 2002, visto que suas vendas internas aumentaram na mesma proporção que o consumo aparente nesse mesmo período. Com isso, as vendas internas da indústria doméstica consolidaram uma participação acima de 60% do consumo aparente, sendo que este apresentou um crescimento de 59% ao longo do mesmo período.

5.3.4. ESTOQUE DE COGUMELOS CONSERVADOS DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com as informações fornecidas pela Associação dos Produtores de Cogumelos de Mogi da Cruzes e Suzano, não há geração de estoques de cogumelos conservados, já que toda produção é vendida.

5.3.5. DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DA PRODUÇÃO POR EMPREGADO

Verifica-se que, a partir da neutralização das importações a preço de *dumping*, foi possível que a indústria doméstica recuperasse sua participação no consumo nacional, elevando continuamente suas vendas e a produção. Em consequência, o nível do emprego cresceu, porém a uma taxa menor, devido às sucessivas elevações da relação produção por empregado. Durante todo o período analisado (1997-2002), houve um aumento de 58,4% no número de empregados diretamente vinculados à produção. Essa variação foi inferior à verificada na produção, que subiu 85,5% entre 1997 e 2002. Isso se deve ao aumento de 17,7% na relação produção por empregado no mesmo período.

5.3.6. DOS PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS PELA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

Considerando que os preços fornecidos pelo peticionário se referem a cogumelos *in natura* e levando-se em conta que um quilo desse cogumelo rende 0,55 kg de cogumelo conservado e que os custos de processamento do cogumelo *in natura* representam em média 15% do preço de venda do cogumelo conservado, foi necessário dividir o preço do cogumelo *in natura* por 0,55 e adicionar, ao valor resultante, o percentual de 17,6% para se chegar ao preço do cogumelo conservado.

Os preços dos cogumelos conservados em reais constantes (corrigidos pelo IGP-DI de forma a eliminar os efeitos da inflação) apresentaram um aumento em 1998, seguido de uma queda até o ano 2000. Após uma relativa estabilidade em 2001, houve recuperação em 2002. Porém os preços tiveram uma retração de 10,9% em 2002, se comparado a 1997. Cabe salientar que a queda nos preços não acarretou dano à indústria doméstica, tendo em vista a retração concomitante verificada nos custos.

5.3.7. DO FATURAMENTO

Após um incremento em 1998, o faturamento total declinou até 2000, voltando, porém, a crescer nos dois anos posteriores. O faturamento no mercado interno apresentou comportamento idêntico. De 1997 a 2002, o faturamento total subiu 65,3%, enquanto que o faturamento decorrente das vendas internas apresentou um incremento de 75,9%. Esse aumento se deve ao crescimento das vendas, uma vez que houve retração dos preços no mesmo período.

Já com relação ao mercado externo, houve uma queda contínua do faturamento ao longo de todo o período. O faturamento resultante das exportações apresentou uma redução de 96% no período 1997-2002.

5.3.8. DA EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA PARA A PRODUÇÃO DE COGUMELOS *IN NATURA*

Ao se analisar o custo total ex-fábrica em reais constantes do cogumelo *in natura*, para uma quantidade fixa, percebemos dois patamares de estabilidade entre 1997 e 2002. O primeiro abrange os anos de 1997 e 1998, sendo interrompido por uma queda em 1999. Então, inicia-se novo patamar que se estende até 2002, quando ocorre nova retração. Ao longo de todo o período analisado (1997-2002), o custo total apresentou uma redução de 22,6%. Os principais componentes de custo apresentaram comportamento quase idêntico ao do custo total no decorrer do período sob análise, com os mesmos patamares de estabilidade e variações semelhantes.

De 1997 a 2002, os custos com mão de obra direta, em reais constantes, sofreram a mesma redução verificada na relação número de empregados/quantidade produzida, demonstrando que os salários

diretos, em reais constantes, se mantiveram no mesmo patamar no decorrer do período analisado. Desse modo, pode-se concluir que a retração observada nos custos de mão de obra direta pode ser atribuída ao aumento da produtividade média dos empregados diretamente envolvidos na produção, o que, juntamente com a diminuição observada nos custos de manutenção, reflete melhoria na eficácia dos processos de produção adotados. Essa melhoria, somada à redução nos preços dos insumos, contribuiu para o decréscimo observado no custo total.

5.3.9. DO FLUXO DE CAIXA

Tendo em vista que a produção de cogumelos *in natura* na região de Mogi das Cruzes e Suzano é altamente pulverizada, não houve condições de consolidar dados para efeito de análise do fluxo de caixa do setor.

5.3.10. DO RETORNO SOBRE INVESTIMENTO

A dificuldade existente para agregação de dados dos associados do peticionário, que se encontram altamente pulverizados, inviabilizou a consolidação para avaliação do retorno sobre investimentos.

5.4. DA POSSIBILIDADE DE RETOMADA DO CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES

5.4.1. DO POTENCIAL EXPORTADOR DA CHINA

Em pesquisa a internet e segundo informações da Embaixada da República Popular da China, foi possível calcular que a produção e a exportação da China de cogumelos *agaricus bisporus*, em 2002, foi 30 e 5 vezes maior que a produção brasileira no mesmo ano, respectivamente. Dessa forma, verifica-se que a República Popular da China possui um grande potencial exportador, podendo vir a aumentar significativamente suas exportações para o Brasil, caso a aplicação do direito *antidumping* seja suspensa.

5.4.2. DA MARGEM DE SUBCOTAÇÃO

A fim de se proceder a comparação entre os preços do produto importado e os preços da indústria doméstica, tornou-se necessário colocá-los no mesmo nível de comércio, ou seja, ex fábrica, no caso do produto nacional, e ex porto (CIF-internado), no caso do produto importado.

Para cálculo do preço internado do produto originário da China, adicionou-se ao preço CIF de US\$ 648,27, constante do Sistema Lince-fisco, o imposto de importação de 11,5% e o percentual de 6,94%, a título de despesas portuárias e outros custos de internação, calculado com base em uma operação de importação da empresa FAMEX Comercial Importadora e Exportadora Ltda., obtendo-se assim o preço ex porto do produto importado de US\$ 767,81/t.

O preço da indústria doméstica foi calculado com base nas notas fiscais apresentadas pelo peticionário. Tais notas não incluíam frete e o único imposto incidente era o FUNRURAL, o qual não é deduzido para efeito de cálculo do preço ex fábrica. Visto que as operações de venda se realizam ao longo de todo o ano, foi utilizada a taxa de câmbio média anual para conversão do preço final ex fábrica em dólares, resultando em US\$ 2.769,51/t.

De acordo com esses dados, a subcotação do preço ex porto do produto importado, em relação ao preço ex fábrica da indústria doméstica, foi de US\$ 2.001,70/t, com uma margem de subcotação de 308,77%.

(Fls. 11 da Resolução CAMEX nº , de /12/2003).

Dessa forma, pode-se inferir que, caso o direito seja retirado, é de se esperar o retorno e/ou crescimento das exportações chinesas para o Brasil, com conseqüente dano à indústria doméstica.

5.5. DA CONCLUSÃO SOBRE A RETOMADA DO DANO

Os indicadores da indústria doméstica revelaram uma tendência positiva ao longo do período analisado, o que ratifica onexo causal determinado na investigação anterior entre a significativa quantidade exportada para o Brasil a preços de *dumping* praticados pelos produtores/exportadores chineses e o dano à indústria doméstica observado antes do início da vigência do direito *antidumping* atualmente aplicado.

É válido ressaltar que em todo o período da vigência do direito *antidumping*, inclusive no ano de 2002 (período de análise de retomada do *dumping*), ocorreram exportações para o Brasil de cogumelo conservado originárias do Vietnã, principal fornecedor externo no período. Constatou-se que o preço médio FOB do produto originário do Vietnã, no ano de 2002, foi menor do que o produto chinês em US\$ 0,04/kg.

Apesar de, entre 1998 e 2001, ter sido crescente a quantidade de cogumelo conservado exportado pelo Vietnã (em 2002 ela decresceu), em nenhum ano a quantidade exportada por este país, mesmo adicionada das exportações das demais origens, se aproximou das quantidades exportadas para o Brasil antes da aplicação do direito *antidumping*. Por isso, mesmo estando abaixo dos níveis médios do preço praticado pela indústria doméstica (em 2002), as exportações originárias do Vietnã não foram suficientes para anular a melhor performance da produção nacional no período de vigência do direito. Há também elementos que permitem crer que, se nesses cinco anos, não ocorreu um surto de exportação para o Brasil do produto oriundo do Vietnã, não há motivos para se considerar que o potencial exportador desse país seja, no momento, ameaçador.

O mesmo já não se pode dizer da República Popular da China, maior produtor mundial, permanentemente em busca de acessos a novos mercados, já tendo inclusive experiência com o mercado brasileiro e, conforme manifestação do seu Governo, com interesses em incrementar as vendas de cogumelos conservados para o Brasil.

O potencial exportador da China é notadamente superior ao do Vietnã. Em 2002, por exemplo, a produção da China foi 78 vezes maior que a do Vietnã. Em 2001, pode-se constatar que as exportações chinesas foram 89 vezes maiores que as vietnamitas. Dessa forma, considerando o potencial exportador do Vietnã, infere-se que a quantidade exportada por este país não deverá apresentar aumentos significativos a ponto de causar dano à indústria doméstica. Já no caso da República Popular da China, considerando as proporções de seu potencial exportador em relação à do Vietnã, estima-se que, caso o direito *antidumping* seja retirado, e dessa forma, seja dado o mesmo tratamento às exportações de ambas as origens, a quantidade exportada pela China para o Brasil atingirá um patamar bem superior ao atualmente observado nas operações do Vietnã, causando, assim, dano irreparável à indústria doméstica.

Face ao exposto, considerando a manutenção da prática de *dumping* e o potencial exportador da China e tendo-se em conta que o preço do cogumelo chinês é subcotado em relação ao preço do produto nacional, conclui-se que, caso o direito *antidumping* não seja prorrogado, ocorrerá um aumento das exportações da China, a preços de *dumping* e, conseqüentemente, uma retomada do dano à indústria doméstica.

(Fls. 12 da Resolução CAMEX nº , de /12/2003).

6. DA CONCLUSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO DIREITO

Nos termos do § 1º do art. 57 do Decreto nº 1602, de 1995, o prazo de aplicação de direitos *antidumping* poderá ser prorrogado, desde que demonstrado que a extinção dos mesmos levará, muito provavelmente, à continuação ou retomada do *dumping* e do dano dele decorrente.

Considerando que a revisão ora conduzida demonstrou que a retirada do *direito antidumping* sobre as importações de cogumelos conservados da espécie *agaricus bisporus*, originárias da China, muito provavelmente levará à manutenção do *dumping* e a retomada do dano por ele causado, conclui-se pela manutenção do direito *antidumping* sobre as exportações para o Brasil de cogumelos conservados originários da República Popular da China.

6.1. DO CÁLCULO DO DIREITO *ANTIDUMPING*

Verificou-se que a margem absoluta de *dumping* (US\$ 1,048,14/t ou 1,05/kg líquido) é inferior à subcotação (US\$ 2,001,70/t ou 2,00/kg líquido) e ao direito específico atualmente em vigor (US\$ 1,37/kg líquido). Portanto, o direito *antidumping* é equivalente a margem absoluta de *dumping* ora apurada de US\$ 1,05/Kg líquido.